

DISPUTAS HEGEMÔNICAS NOS MOVIMENTOS DE JUNHO DE 2013

HEGEMONIC DISPUTES IN THE MOVEMENTS OF JUNE 2013

Angelo Girotto Neto¹

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS/UFRN)

<https://orcid.org/0000-0001-8794-0799>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar os marcos ideológicos das disputas hegemônicas que envolvem os protestos de junho de 2013, tendo como agentes analisados os grupos sociais que disputaram sua orientação política. Parte-se de uma revisão bibliográfica completada por documentos da época para defender a hipótese de que durante os eventos de 2013 dois campos políticos – um representado pelas forças aliadas ao governo petista de Dilma Rousseff; outro pela oposição conservadora capitaneada pela mídia constituída em partido nos termos gramscianos – disputaram os sentidos das manifestações, gerando um impasse político que culminou no abandono temporário das ruas pelas principais forças políticas do país.

PALAVRAS-CHAVE: movimentos de junho de 2013; política brasileira; disputas hegemônicas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the ideological frameworks of hegemonic disputes involving the June 2013 protests, having as agents analyzed the social groups that disputed their political orientation. It starts with a bibliographical review completed by documents from the time to defend the hypothesis that during the events of 2013 two political fields – one represented by the forces allied to the PT government of Dilma Rousseff; the other by the conservative opposition led by the media constituted in a party under Gramscian terms – they disputed the meanings of the demonstrations, generating a political impasse that culminated in the temporary abandonment of the streets by the main political forces in the country.

KEYWORDS: june 2013 movements in Brazil; Brazilian politics; hegemonic disputes.

¹ Doutor em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN. Contato: angelo-girotto@gmail.com

INTRODUÇÃO

A expressão *a voz das ruas* – frequentemente antecedida pelo artigo definido no singular, como aqui grafada – passou a compor o léxico do debate público acerca das questões políticas e sociais brasileiras da contemporaneidade. Ela remete aos protestos que tiveram curso no Brasil – em seus momentos de maior mobilização – entre junho e julho do ano de 2013, eventos doravante denominados Movimentos de Junho e que são o tema deste artigo.

Exemplar desse fenômeno, a presidente Dilma Rousseff – em pronunciamento à Nação – disse ter “a obrigação de ouvir a voz das ruas” (ROUSSEFF, 2013). Manuel Castells, sociólogo espanhol, declarou em entrevista que “Dilma é a primeira líder mundial a ouvir as ruas” (2013). Nos programas televisivos, os *especialistas* “traduziam” *a voz das ruas* para os próprios manifestantes. O termo também esteve presente na campanha eleitoral sob diversas outras denominações, mas com sentido análogo.

Um questionamento inicial, que surge do uso da expressão, diz respeito a como é possível falar em *a voz das ruas* diante de protestos que mobilizaram distintos estratos sociais, de identificação ideológica, níveis de renda, idade e escolaridade que abarcam um recorte amplo da sociedade brasileira.

Decorre dessa contradição que a expressão *a voz das ruas* é primeiramente índice da tentativa de apropriação dos sentidos e da simbologia dos protestos de 2013 no Brasil, num esforço por conferir-lhes uma univocidade que não foi necessariamente real.

Das muitas reivindicações presentes nos maiores protestos, constavam agendas divergentes e mesmo contraditórias. Se por um lado se exigia mais e melhores serviços públicos, por outro – a pretexto da escalada inflacionária – eram os gastos públicos o alvo das queixas. Palavras de ordem contra a presença de partidos e de organizações da esquerda, e mesmo atos de violência contra os seus representantes, tornaram-se frequentes. Também entraram na rotina dos protestos apupos e canções denunciando a tentativa de manipulação da mídia, a mesma que pautara os temas mais populares nas manifestações a partir de 13 de junho de 2013. Essas suas transformações qualitativas se deram concomitantes à elevação do contingente de manifestantes e da intensidade das mobilizações, a partir do dia 13 de junho.

Este trabalho se concentra em São Paulo, no período aqui identificado como *Grande Onda*, que corresponde às semanas imediatamente posteriores ao 13 de junho. Na Grande Onda ocorreram protestos com dezenas de milhares de pessoas, a exemplo de São Paulo, que apresentou o seguinte quadro de mobilização nas duas primeiras semanas: 65 mil manifestantes no protesto de 17 de junho; 50 mil em 18 de junho; 100 mil em 20 de junho; e 35 mil em 22 de junho. As pautas se diversificaram, abarcando desde reivindicações concernentes à ampliação do acesso e da qualidade dos serviços públicos, até o descontentamento com os gastos na Copa do Mundo de 2014 e a denúncia da corrupção pública. Sua mobilização não se dava mais prioritariamente pelas redes de movimentos sociais e estudantis, mas sim por meio da imprensa, sobretudo da televisão, e de redes sociais da Internet, de forma difusa.

Este artigo traz uma exposição sucinta da pesquisa e das conclusões decorrentes da dissertação anteriormente defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob o título de *A voz das ruas e a rearticulação da ideologia conservadora*, que só foi possível graças à generosa e encorajadora orientação do Prof^o Dr. José Antônio Spinelli. O recorte, aqui presente, trata dos aspectos referentes à identificação dos principais grupos sociais que protagonizaram as disputas hegemônicas durante a Grande Onda, numa constante alusão à teoria política de Antonio Gramsci (2007, 2010, 2011), ademais explicitada e situada no estudo do qual este artigo deriva. Para efeitos de concisão, remete-se ao estudo original e a outros numerosos e qualificados trabalhos sobre os autores citados e suas contribuições que seguem na bibliografia dele.

1. PROJETOS E IDEOLOGIAS DA GRANDE ONDA

Nos movimentos de junho, podemos ter nos defrontado com a expressão dos anseios de um novo proletariado, recém egresso das camadas subproletárias, que agora passaria a reivindicar direitos até então tidos como distantes, uma vez que a própria subsistência material mais básica era constantemente posta em risco, diante da precariedade dos vínculos empregatícios e a sua característica rotatividade. Essa é a interpretação de Singer (2013).

Também não é improvável que setores identificáveis como um precarizado, como expresso por Braga (2013), tenham ocorrido às ruas. Assim, demandas como a ampliação do alcance e a melhoria da qualidade dos serviços públicos puderam vir à tona na voz dessas camadas emergentes ou sazonais.

Contudo, em contraste com a análise proposta por Braga, deslocadas do centro do debate público por ocasião dos protestos, as bandeiras históricas do proletariado tiveram pouca presença nas jornadas de junho. Exemplo disso, a PEC da redução da jornada de trabalho para 40h semanais, sem redução dos salários, esteve praticamente ausente do debate público até o dia 11 de julho, quando foi resgatada e logo a seguir novamente esquecida; já questões carregadas de valorações morais como a PEC 37 dominaram a agenda pública. E como nos alertava o ex-presidente sociólogo, são as classes médias as mais sensíveis ao discurso ético, que desde a crise do mensalão virou o centro do programa oposicionista (SPINELLI; EVANGELISTA; CRUZ, 2007; NUNOMURA, 2012).

Mais que por sua presença física, ademais suficientemente demonstrada pelos estudos de Singer (2012), foi por sua presença ideológica que a classe média foi a principal protagonista dos Movimentos de Junho durante a Grande Onda.

Certa sociologia, notadamente a liberal de inspiração norte-americana, propõe classificar as classes sociais com base na renda. Dessa forma, pode ela criar a ilusão de uma mobilidade social que se verificaria no caso brasileiro pela formação daquilo a que vem se chamando *nova classe média*. É esse fenômeno a que Marcio Pochmann caracterizou como “a opção política rasteira que certos intelectuais engajados à lógica mercantil se associam com uma retórica de classe de rendimento desprovida de qualquer sentido estrutural, o que nada mais é do que a tradução do caráter meramente propagandista dos imperativos do mercado” (POCHMANN, 2012, p. 7).

Singer (2012), Chauí (2013) e Pochmann (2012) concordam que as parcelas que ascenderam economicamente sob o lulismo se incorporam à classe trabalhadora, que excedendo os limites do operariado industrial e agrícola, se torna crescentemente complexa e heterogênea.

Para Chauí, as reiteradas tentativas de inserir as novas camadas de trabalhadores mobilizadas sob o lulismo numa amorfa classe média não são despropositadas. Ao defender uma identidade de classe baseada no consumo, tal discurso cria uma força atrativa sobre a classe trabalhadora, no sentido de sua absorção à ideologia dominante e à interiorização de sentidos baseados nos valores do mercado. Ainda, o aparecimento de uma nova classe média “é menos perigoso para a ordem estabelecida do que uma classe trabalhadora protagonista social e política” (CHAUÍ, 2013, p. 130).

Distinguir a nova classe trabalhadora da classe média requer diversos esforços metodológicos. É preciso compreender que distinções de renda, propriedade (casa própria, automóvel, televisão etc.) e escolaridade não justificam a clivagem de classes.

Para superar as dificuldades surgidas e possibilitar o avanço da interpretação da dinâmica de classes no Brasil contemporâneo, Chauí assume uma definição de classe análoga à de Nicos Poulantzas, para quem as “classes sociais são conjuntos de agentes sociais determinados principalmente, mas não exclusivamente, por seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera econômica” (1978, p. 13-14). As classes sociais, nessa concepção, não existiriam fora da luta de classes, podendo nela se inserir, mas apenas seriam classe no processo real de seu enfrentamento político.

Chauí vai se valer de concepção análoga para desenvolver uma conceituação abrangente, porém mais bem delimitada, da classe média, partindo da definição marxista clássica da pequena-burguesia, que seria o estrato social posicionado em lugar intermediário às classes fundamentais do capitalismo, a burguesia e o proletariado, de forma que a classe média “situava-se nas chamadas profissões liberais, na burocracia estatal (ou nos serviços públicos) e empresarial (ou na administração e gerência), na pequena propriedade fundiária e no pequeno comércio” (CHAUÍ, 2013, p. 129).

Para Chauí, o que surgiu das transformações por que passou o país sob o lulismo foi uma nova classe trabalhadora, sobredeterminada pelas intimações do capitalismo em sua fase neoliberal.

Rejeitando a hipótese de uma nova classe média, Chauí defende que, excluídos todos esses casos de novos trabalhadores do capitalismo contemporâneo, restariam

as burocracias estatal e empresarial, o serviço público, a pequena propriedade fundiária e o pequeno comércio não filiado às grandes redes de oligopólios transnacionais como espaços para alocar a classe média. [...] Estando fora do núcleo econômico definidor do capitalismo, a classe média encontra-se também fora do núcleo do poder político [...]. Isso a coloca numa posição que a define menos por sua posição econômica e muito mais por seu lugar ideológico, e este tende a ser contraditório (2013, p. 130).

A classe média, vivendo entre o medo de descer à condição proletária e o sonho de ascender ao *status* dominante, “tende a alimentar o imaginário da ordem e da segurança”, o que faz com que o seu papel social e político seja “o de assegurar a hegemonia da classe dominante, fazendo com que essa ideologia, por intermédio da escola, da religião, dos meios de comunicação, se naturalize e se espalhe por toda a sociedade” (CHAUÍ, 2013, p. 131).

Predominantemente, é a ideologia da ordem e da segurança que constitui a prática social e política da classe média. “É sob essa perspectiva que se pode dizer que a classe média é a formadora da opinião social e política conservadora e reacionária” (CHAUÍ, 2013, p. 131).

Singer (2012, p. 264) também acredita na vinculação da classe média com a ideologia conservadora. Para ele, desempenhando o seu papel de formadora do pensamento conservador e reacionário, a “classe média tradicional constitui o suporte de massa da coalizão rentista”, liderada pelo capital financeiro nacional e internacional.

No campo dos interesses materiais, Singer vê “indícios de que possa ter havido achatamento nos ganhos da classe média” (SINGER, 2012, p. 142).

Já Chauí afirma, ainda a propósito da classe média tradicional brasileira, que, “No Brasil, esta se beneficiou com as políticas econômicas dos últimos dez anos, também cresceu e prosperou” (CHAUÍ, 2013, p. 130). A oposição da classe média ao lulismo se daria, portanto, muito mais devido a suas conformações ideológicas que por perdas materiais sensíveis.

Nisso tende a concordar também Singer, para quem a “rejeição da pequena burguesia às políticas de inclusão, que ela julga financiar com seus impostos, se intensifica conforme a ascensão dos pobres relativiza a superioridade social da classe média” (SINGER, 2012, p. 164).

Essa percepção de perda da distinção social e o sentimento de proximidade crescente das camadas trabalhadoras, ainda que por ascensão dessas e não por sua regressão, atingem os brios da classe média, que, do ponto de vista simbólico,

substitui a falta de poder econômico e de poder político, que a definem, seja pela guinada ao voluntarismo de esquerda, seja voltando-se para a direita pela busca do prestígio e dos signos de prestígio, como os diplomas e os títulos vindos das profissões liberais, e pelo consumo de serviços e objetos indicadores de autoridade, riqueza, abundância, ascensão social - a casa no “bairro nobre” com quatro suítes, o carro importado, a roupa de marca etc. Em outras palavras, o consumo lhe aparece como ascensão social em direção à classe dominante e como distância intransponível entre ela e a classe trabalhadora. Esta, por sua vez, ao ter acesso ao consumo de massa tende a tomar esse imaginário por realidade e a aderir a ele (CHAUÍ, 2013, p. 132).

Ocorreu ainda que a classe trabalhadora passou, através da inserção no mercado de trabalho formal e dos programas de redistribuição de renda, a poder exigir mais. Fica cada vez mais difícil encontrar nas cidades trabalhadores dispostos a pesados e insalubres serviços informais com remuneração irrisória, como era tão comum há pouco tempo. Ressurgem os mitos sobre a preguiça nata do povo brasileiro. A redução do nível do desemprego, que na casa de 5%² está próximo ao que se considera pleno emprego na economia, fortaleceu a capacidade reivindicatória da parcela mais pobre da população e seu poder de barganha nas negociações trabalhistas.

Retornando às reflexões de Chauí sobre a classe média, vemos que outra característica fundante sua é determinada pela *estrutura autoritária da sociedade brasileira*. Tendo origem já no escravismo colonial brasileiro, a marca de nossa sociedade é o “predomínio do espaço privado sobre o público e, tendo o centro na hierarquia familiar, é fortemente hierarquizada em todos os seus aspectos: nela, as relações sociais e intersubjetivas são sempre realizadas como relação entre um superior, que manda, e um inferior, que obedece” (CHAUÍ, 2013, p. 131).

A classe média, herdeira dos hábitos senhoriais, desde sempre acostumada à farta disponibilidade de serviços, começa a sentir os impactos dessa, ainda que lenta, promoção social

² Dados referentes a agosto de 2014. IBGE. Em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 27 set. 2014.

dos pobres brasileiros. Demonstração disso foi a sua reação histórica diante da regulamentação profissional das empregadas domésticas. Apelou-se à ameaça do desemprego em massa no setor e à invasão do Estado nas relações quase familiares entre patrões e empregados domésticos (argumento que logo remete a certa visão romântica de nossa formação social que preencheu de afeto e paternalismo as cruéis relações sociais do escravismo colonial brasileiro, num claro esforço legitimador da opressão senhorial). O que está em cena, contudo, é a sensação da classe média de que perde privilégios e distinção social.

Disse Singer (2012, p. 204): “Sensível à argumentação empresarial de que a carga tributária no Brasil é excessiva, a pequena burguesia tende a constituir o esteio de massa dos movimentos por redução dos impostos”. Não à toa, críticas ao excesso de gastos do Estado, mesmo os investimentos na Copa do Mundo, tiveram ressonância na Grande Onda. A classe média se constitui, dessa forma, o lastro social da coalizão rentista, da qual é a formuladora de sua ideologia particular, caracterizada pela fé no mercado e pela rejeição à presença do Estado no processo produtivo e nas relações econômicas; na meritocracia e consequente desaprovação das políticas públicas de redução das desigualdades e inclusão social, como cotas em universidades públicas e concursos; no descontentamento com a ascensão social dos mais pobres, que seriam destinados à vida de serviçais; pela defesa da ordem e da segurança.

Não à toa, Fernando Henrique Cardoso defende, em seu artigo de 2011, intitulado *O papel da oposição*, que o PSDB, principal partido formal da coalizão rentista, eleja as camadas médias da sociedade como público preferencial de sua intervenção política. Cardoso (2011, p. 02) propõe envolver no debate opositorista

toda uma gama de classes médias, de novas classes possuidoras (empresários de novo tipo e mais jovens), de profissionais das atividades contemporâneas ligadas à TI (tecnologia da informação) e ao entretenimento, aos novos serviços espalhados pelo Brasil afora, às quais se soma o que vem sendo chamado sem muita precisão de “classe c” ou de nova classe média.

Mais adiante, Cardoso defende que é por meio das redes sociais que as oposições podem dialogar com esse público mais inclinado ao conteúdo de seu projeto. Ele argumenta que essas extensas parcelas da sociedade estão cada vez mais inseridas nas redes sociais da Internet, como o Facebook, Twitter e YouTube, que ele cita particularmente. Esse seria o público e esses seriam os canais com os quais e por intermédio dos quais as oposições deveriam dialogar, no intuito de mobilizar as forças que na sociedade civil poderiam levá-la a derrotar o lulismo.

Cardoso concorda com Braga (2012) e Oliveira (2010) em apontar a cooptação dos dirigentes sindicais como fator chave da hegemonia lulista. Ainda, ambos reforçam a crítica do clientelismo que teria se apossado das relações entre Executivo e Legislativo e corroboram na crítica à “adesão progressiva – no começo envergonhada e por fim mais deslavada – do petismo lulista à nova ordem e a suas ideologias” (CARDOSO, 2011, p. 01). Coadunam até mesmo na crítica de “que estamos pagando R\$ 50 bilhões por ano para manter reservas elevadas em dólares” (CARDOSO, 2011, p. 04).

Cardoso concorda com Castells quando diagnostica que diante do

o anacronismo das instituições político-partidárias, seria talvez pedir muito aos partidos que mergulhem na vida cotidiana e tenham ligações orgânicas com grupos que expressam as dificuldades e anseios do homem comum. Mas que pelo menos ouçam suas vozes e atuem em consonância com elas. (CARDOSO, 2011, p. 03)

E ainda mais adiante: “Seres humanos não atuam por motivos meramente racionais. Sem a teatralização que leve à emoção, a crítica – moralista ou outra qualquer – cai no vazio.” (CARDOSO, 2011, p. 03).

Num trecho de certo tom profético, Cardoso – que escreve em 2011 – antecipa os caminhos da oposição conservadora no junho de 2013:

Talvez as discussões sobre os meandros do poder não interessem ao povo no dia a dia tanto quanto os efeitos devastadores das enchentes ou o sufoco de um trânsito que não anda nas grandes cidades. Mas, de repente, se dá um “curto-circuito” e o que parecia não ser “política” se politiza. [...] Obviamente em nosso caso, o de uma democracia, não estou pensando em movimentos contra a ordem política global, mas em aspirações que a própria sociedade gera e que os partidos precisam estar preparados para que, se não os tiverem suscitado por sua desconexão, possam senti-los e encaminhá-los na direção política desejada (CARDOSO, 2011, p. 03).

Cardoso professa que o lulismo seria um neopopulismo latinoamericano, à peronismo, baseado no carisma do chefe, Lula, na distribuição de benefícios sociais, na cooptação dos dirigentes dos movimentos sociais e na subordinação dos sindicatos, através de apadrinhamentos e recursos públicos, bem como das relações clientelistas com o legislativo. Sua superação passaria por entender que no “mundo contemporâneo este caminho não se constrói apenas por partidos políticos, nem se limita ao jogo institucional. Ele brota também da sociedade, de seus blogs, twitters, redes sociais, da mídia, das organizações da sociedade civil, enfim, é um processo coletivo” (CARDOSO, 2011, p. 06).

2. A MÍDIA COMO PARTIDO

A classe média surge como lastro social e elaboradora a partir da ideologia específica daquilo a que Singer chamou de **coalizão rentista**, que tem no capital financeiro internacional seu grupo social determinante. Sendo o bloco social hegemônico, a coalizão rentista possui na sociedade civil uma vasta rede de aparelhos privados de hegemonia, dos quais destaca-se a **mídia hegemônica**.

Gramsci compreende a imprensa tanto como “empresa capitalista”, quanto “intelectual coletivo” e “partido político”. É nessas três funções que ela surge como força política central na Grande Onda.

Um grupo social que almeje a direção intelectual e moral da sociedade precisa que suas ideias, sua visão de mundo e seus projetos alcancem senão o conjunto ao menos uma decisiva parcela da sociedade. Contudo, para sair do âmbito estrito de sua origem, a ideologia de determinado grupo social precisa se adaptar aos meios que pretende envolver, traduzindo-se e ampliando-se.

É pueril pensar que um “conceito claro”, difundido de modo oportuno, insira-se nas diversas consciências com os mesmos efeitos “organizadores” de clareza difusa: este é um erro “iluminista”. A capacidade do intelectual profissional de combinar habilmente indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, de transferir certos critérios de discriminação de uma esfera a outra do julgamento, adaptando-os às novas condições, etc., constitui uma “especialidade”, uma “qualificação”, não um dado do senso comum vulgar. É por isso, portanto, que não basta a premissa da “difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e agir homogêneo”. O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessária toda uma série de retificações nos prismas singulares (GRAMSCI, 2010, p. 205-206).

Gramsci pensa que, se o *príncipe-condottiere* de Maquiavel é a expressão do projeto de constituição do Estado nacional, necessário ao desenvolvimento da sociedade burguesa e de suas relações sociais, o partido revolucionário é o moderno príncipe, aquele que porta o projeto de constituição de um novo Estado, expressão de novas relações de produção que são a materialização política dos interesses de classe do proletariado.

O partido revolucionário de Gramsci surge como expressão de uma dupla função política: a construção de uma nova *vontade coletiva nacional-popular* e de uma *radical reforma intelectual e moral das classes subalternas* (GRAMSCI, 2007; 2011). Ambas vêm necessariamente conjugadas à reforma econômica e expressam o papel do partido como intelectual orgânico coletivo do proletariado, produzindo suas filosofia e política próprias e cimentando através destas um novo bloco histórico edificado em torno do proletariado como classe revolucionária.

Portanto, a esfera de ação do moderno príncipe é o que Gramsci chama de *grande política*, noção que desenvolve no trecho transcrito adiante e que tem notável valor para a compreensão dos processos históricos aqui estudados:

A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política. Portanto, é grande política tentar excluir a grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo a pequena política (GRAMSCI, 2007, p. 21).

Como agente da reforma intelectual e moral das classes subalternas e da construção da vontade coletiva nacional-popular, o partido revolucionário é mais claramente entendido se visto da perspectiva de sua função política. Tal função se materializa em três níveis de organização do partido e definem o conceito de *partido político*: a da grande política, da elaboração da filosofia e sua expressão num projeto-nacional, no cume do sistema; na base, o lastro social que porta a ideologia e o projeto formulados pelas camadas intelectuais, os membros e apoiadores do partido; e o elemento intermediário, que cria e mantém os vínculos entre os formuladores de política e a base social a que estão organicamente vinculados, os quadros, as lideranças, os intelectuais intermediários.

Visto dessa perspectiva, o partido político surge aqui liberto da visão jurídica estrita de uma agremiação formal, de uma legenda partidária. Dessa forma, o “moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um

elemento complexo da sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação” (GRAMSCI, 2007, p. 16).

Numa metáfora a que chamou de teorema das proporções definidas, Gramsci analisa as correlações entre os três níveis da organização partidária. Essa metáfora serve não apenas para analisar o partido revolucionário como, de forma mais ampla, o conjunto das organizações políticas e culturais dentro de seus contextos e objetivos.

Para Gramsci, há uma proporção aproximada entre seus termos que torna uma organização mais eficiente, no caso do partido tal relação ocorre entre os elementos atores da grande política, a base social e difusa do partido e aqueles elementos intermediários que as vinculam física e moralmente. Ele diz que seria “possível usar metaforicamente esta lei para compreender como um ‘movimento’ ou tendência de opiniões se torna partido, isto é, força política eficiente do ponto de vista do exercício do poder governamental” (GRAMSCI, 2007, p. 84).

Assim, para se afirmar como força política nacional portadora de um projeto coletivo, o partido deve superar a difusão e a espontaneidade das massas desorganizadas – que no máximo constituiriam uma corrente de opinião – e estruturar uma organização capaz de vincular e orientar esta corrente do ponto de vista da filosofia e da grande política. Pois,

pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido (que é uma quantidade “fixa”, na medida em que se pode estabelecer quantos são os componentes de cada grupo social) se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado (GRAMSCI, 2007, p. 85).

É, portanto, pelo partido político que anseios e concepções particularistas e difusas tomam corpo num projeto coletivo de expressão nacional. O partido tanto promove a organização e a articulação ideológica, quanto faz as vezes de intelectual coletivo e mobilizador das camadas sociais que lhe dão sustentação.

Conforme depreende-se já da leitura do 18 Brumário de Marx, sabe-se que o vínculo entre os intelectuais e a classe a que estão organicamente ligados não é uma tradução mecânica de sua origem de classe, de sua posição no conjunto das relações de produção capitalista, mas sim a expressão dos interesses que tais classes possuem na estrutura econômica da sociedade. Assim, reforça-se a importância dos aparelhos privados de hegemonia, cuja posse e direção por intelectuais vinculados à classe dominante forma e reproduz a ideologia dominante, inclusive mediante sujeitos oriundos das classes subalternas e por meio da cooptação de intelectuais com tendências contra-hegemônicas.

Os aparelhos privados de hegemonia representam um dado novo na concepção política gramsciana, são um índice da complexificação da sociedade civil, que possui e desenvolve uma estrutura própria e uma dinâmica correspondente. A dominação, a força, é o momento do exercício do poder na sociedade política. Já a sociedade civil é o espaço próprio do exercício da hegemonia. A direção intelectual e moral, a capacidade de atrair o conjunto, ou a maioria, da sociedade para o seu projeto, o inculcamento e a elaboração de uma ideologia determinada que legitime essa direção e esse projeto, por parte de determinado grupo social, é o que se chama

aqui de hegemonia. O exercício da hegemonia implica um constante trabalho de recriação da ideologia prevalecente na sociedade.

Esses aparelhos, na sociedade civil, são as estruturas responsáveis pelo exercício de reformar a ideologia do grupo social hegemônico. Entre eles, a imprensa é dos mais efetivos, tendo importante papel no esforço por ascender a elaboração dos intelectuais ao nível da consciência coletiva. Gramsci (2010, p. 205) dizia que “A elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e agir homogêneo é a condição principal, mas não deve e não pode ser a única”.

O jornalismo corrente do Brasil pode ser entendido nos marcos daquilo a que Gramsci chamou de “jornalismo integral”: “jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área” (GRAMSCI, 2010, p. 197).

É nesse sentido que a mídia hegemônica surge na Grande Onda como partido político, intelectual coletivo e empresa capitalista.

Intelectual coletivo no momento em que põe suas redações a serviço da elaboração e da repetição dos primados ideológicos pelos quais buscou-se incorporar ao projeto hegemônico as massas que acorriam às ruas e as pessoas que acompanhavam o espetáculo de casa, sobretudo pela televisão. Contou para tanto com o recurso à autoridade dos especialistas que recruta para a análise e as leituras dos processos políticos que se propõem objetivo e universais. Nesse trabalho intelectual, esteve a mídia hegemônica atenta ao desenvolvimento das manifestações, às mudanças de humor e ao surgimento de novas demandas e percepções. Através do trabalho constante de absorção e de reelaboração desses sentimentos emergentes, buscou incorporá-los à sua agenda política.

A “repetição” paciente e sistemática é um princípio metodológico fundamental: mas a repetição não mecânica, “obsessiva”, material, e sim a adaptação de cada conceito às diversas peculiaridades e tradições culturais, sua apresentação e reapresentação em todos os seus aspectos positivos e em suas negações tradicionais, situando sempre cada aspecto parcial na totalidade (GRAMSCI, 2010, p. 206).

Foi nesse esforço que os veículos da grande imprensa, componentes da mídia hegemônica, superaram a sua função de empresa capitalista e de intelectual coletivo, ascendendo, na Grande Onda, à função de partido político, o **partido da mídia**. Tal movimento foi ainda favorecido pela incapacidade mobilizadora dos principais partidos da oposição conservadora (PSDB, DEM e PPS), como bem informou Cardoso (2011).

O partido da mídia agiu sobre os movimentos estudantis de 2013, sendo a força impulsionadora principal da Grande Onda. O programa central da coalizão rentista, que consiste na manutenção ou na elevação dos níveis de rentabilidade do capital financeiro e no enfrentamento à emergência de um potencial bloco social contra-hegemônico liderado pelo PT, foi reelaborado pelo partido da mídia, num esforço constante por emplacar nas manifestações dois temas que o

traduziam para o contexto da Grande Onda: denúncia da corrupção e da inflação, que seria fruto do descontrole dos gastos públicos.

A base social com que o partido da mídia dialogou prioritariamente foram os estratos da classe média tradicional, analisados com o apoio de Chauí. Mas isso não quer dizer que ele não tenha disputado e construído consensos a partir de outros grupos sociais; pelo contrário, o que se viu foi uma constante tentativa de incorporar sob o discurso ideológico hegemônico as demandas dos mais distintos grupos sociais atuantes nas manifestações.

3. UM BLOCO SOCIAL CONTRA-HEGEMÔNICO

Para Singer (2013), os governos petistas expressariam a síntese contraditória de dois projetos, que foi possibilitada pela capacidade de “promover, simultaneamente, políticas que beneficiam o capital e a inclusão dos mais pobres, com melhora relativa na situação dos trabalhadores, que permitiu a convivência dos espíritos do Anhembi e do Sion” (SINGER, 2012, p. 122). Com efeito, essa alternância ideológica no seio do Partido dos Trabalhadores não se deu – ao contrário do que faz supor as análises de Cardoso, Braga e Oliveira – desconectada de movimentos materiais das bases da sociedade brasileira em seu atual estágio de desenvolvimento produtivo e de sua inserção no cenário internacional.

Na interpretação de Singer, num campo político e social oposto à coalizão rentista próximo ao petismo, atuaria a *coalizão produtivista*, que comporta em aliança delicada os industriais e os trabalhadores. Para ele, essa

frente teria como programa controlar a entrada e saída de capital estrangeiro e diminuir os juros, cuja elevação, como já vimos, encarece os investimentos produtivos e desvaloriza o real, barateando as importações e ameaçando as cadeias produtivas internas. Além disso, interessa à coalizão elevar substancialmente a taxa de investimento público em infraestrutura, tornando mais baratas as atividades produtivas. Tal aumento poderia ocorrer usando recursos públicos poupados por diminuição significativa dos juros (SINGER, 2012, p. 161).

A motivação da classe operária na defesa de tal programa estaria em que “a morte da indústria nacional representa *a sua própria desaparecimento enquanto classe* e a regressão a um modelo colonial que não comporta segmento industrial extenso e sofisticado” (SINGER, 2012, p. 161). Contudo, para Singer, tal composição não está isenta de contradições. Se de um lado o operariado depende da capacidade de intervenção do Estado para ver efetivadas as suas expectativas de acesso a serviços básicos com qualidade, como educação, saúde etc., do outro é nítido o interesse do capital em reduzir a carga tributária.

A esse equilíbrio instável sobrepõe-se outro:

Embora à classe trabalhadora interesse a redução da sobrepopulação trabalhadora superempobrecida permanente, cuja existência deprime as condições de luta, o lulismo tem um pertencimento de classe específico, cuja prioridade, conforme vimos, é a diminuição da pobreza, e não da desigualdade. Por

isso, o reformismo fraco é o projeto adotado pelo bloco no poder. Expansão do mercado interno com integração do subproletariado via emprego (mesmo que precário), consumo e crédito, sem reformas anticapitalistas, e com lenta queda da desigualdade como subproduto, é o que se deve esperar (SINGER, 2012, p. 200).

A proposição de Singer de uma coalizão produtivista, apesar de ter bases teóricas na estrutura da sociedade brasileira, efetivamente não teve vez nos processos políticos concretos. Quando muito, foi a expressão de certos interesses convergentes, a exemplo do controle de fluxos de capital estrangeiro, da redução das taxas de juros e dos investimentos em infraestrutura.

Contudo, tal convergência, como nota o próprio Singer, não deixou de existir em contradição flagrante. Se de um lado interessa ao capital industrial a redução dos juros, pois implica em aumento da demanda no mercado interno, por outro, o caráter articulado do capital contemporâneo, que existe tanto no processo produtivo quanto no especulativo, induz também ao interesse em lucrar com a alta da taxa de juros. As grandes empresas nacionais não apenas negociam as suas ações nas bolsas, como nelas investem os seus ativos. Assim, o capital encontra facilidade ao migrar de uma esfera à outra. Nesse ponto, aqui concorda-se com Braga (2012), quando defende que o essencial ao capital – seja ele produtivo ou financeiro – é a manutenção das condições de máxima exploração, o rebaixamento dos níveis salariais e a degradação das condições de trabalho.

De fato, existem necessidades que tendem a convergir os interesses de trabalhadores e de industriais. Mas as tendências em contrário, igualmente sustentadas na estrutura social, em muito as sobrepõem, de forma que a coalizão produtivista proposta por Singer não tem efetividade. Prova disso está no alinhamento da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), quando da Grande Onda, reforçando as linhas da oposição conservadora.

Vimos com Singer que a fração de classe fundamental na base do lulismo, o subproletariado, possui limitações estruturais que travam sua auto-organização. Ocorre com o subproletariado brasileiro processo similar ao que Marx desnuda no trecho a seguir, a pretexto dos pequenos camponeses da França,

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que separam umas das outras e opõe o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento quer através de uma convenção. Não podem representar-se, têm que ser representados. Seu representante tem, ao mesmo tempo, que aparecer como seu senhor, como autoridade sobre eles, como um poder governamental ilimitado que os protege das demais classes e que do alto lhes manda o sol ou a chuva. A influência política dos pequenos camponeses, portanto, encontra sua expressão final no fato que o poder executivo submete ao seu domínio a sociedade (MARX, s.d-c, p. 277).

Os contrastes com a sociedade brasileira, contudo, são nítidos. Primeiro, conforme já se discutiu acima, o Estado (neste caso, sociedade política) não possui hoje – em sociedades como a brasileira – o mesmo domínio sobre a sociedade que possuía na França de meados do século XIX. Nem estão nossos subproletários submetidos ao mesmo isolamento físico e moral a que estiveram

os pequenos camponeses franceses da época. A analogia que se pretende é a que expressa os limites de uma fração de classe em fazer-se representar na política, o que se apresenta em nosso caso na ausência de organizações na sociedade que deem caráter nacional e articulado aos interesses classistas do que Singer chama de subproletariado; a ausência na sociedade civil de instituições que lhe confirmem organicidade. Mesmo sua inserção no mercado de trabalho, na forma precária em que se dá, não gera vínculos sólidos e duradouros que possam confluir numa organização, por exemplo, de tipo sindical. Estão não apenas condenados pela dinâmica do mercado a uma brutal concorrência entre si pelos postos mais vantajosos, como também são mobilizados pela ideologia da classe média, que explica a inserção social e produz valores a partir do consumo.

Essa ideologia do consumo, conforme vimos na análise de Chauí, tem como consequência política um acréscimo na desmobilização do subproletariado, que encontra mais uma barreira para a constituição de sua consciência de classe, para seu aparecimento na política enquanto classe.

Em certos momentos, ainda, parece que Singer menospreza o papel da classe trabalhadora e suas organizações tradicionais na base do lulismo, organizações que foram decisivas no desfecho da Grande Onda – por isso usa-se o termo *forças governistas* ou *campo governista* para designar não apenas o PT e as lideranças que ligam o projeto lulista às camadas desorganizadas da sociedade brasileira, como também o conjunto de entidades que, na sociedade civil, dão sustentação ao bloco no governo, tais como CUT, sindicatos, UNE, associações de bairro etc.

Defende-se aqui que aquilo que Singer chama de “as duas almas” seja a expressão ideológica de um bloco social heterogêneo, com vistas à consecução de um projeto nacional contra-hegemônico.

Contudo, ressalte-se a composição heterogênea dessas forças. No campo parlamentar, elas vão do PT ao PMDB, passando por partidos de matizes ideológicos variados como o PDT, o PR e o PCdoB. Na base social, inclui extensas camadas de trabalhadores e da nova classe trabalhadora, massas de cidadãos que poderíamos chamar de subproletariado, acompanhando Singer, setores mesmo da classe média e até setores do empresariado – embora bastante minoritários. Nos movimentos sociais, as forças governistas também ocupam terreno em amplos setores, dos mais tradicionais a alguns dos *novos* ou dos *novíssimos movimentos*. Tal heterogeneidade implica em contradições profundas, que nos Movimentos de Junho podem ter levado frações deste bloco a se aliar com forças da oposição, tanto de ordem conservadora quanto esquerdista.

Assim, identifica-se aqui um amplo **campo governista**, cujos contornos ideológicos e os conteúdos do projeto que articula são aqueles que Singer identificou sob o signo do lulismo. Embora o seu pertencimento de classe específico esteja prioritariamente relacionado ao subproletariado e à emergente classe trabalhadora brasileiros, esse bloco social produz em sua síntese provisória e dinâmica um amálgama complexo de interesses e concepções de mundo diversos, até mesmo conflitantes.

4. DEMAIS GRUPOS SOCIAIS CONTRA-HEGEMÔNICOS

Além do campo governista, outros grupos sociais buscam a direção da sociedade articulando diversos agentes em torno de seus projetos e de suas concepções de mundo, expressando assim ideologias contra-hegemônicas.

A hipótese de Singer, de que a ascensão de extensas camadas ao mercado de trabalho formal e ao consumo fizeram surgir novas demandas sociais, traz importante contribuição ao debate. Ao ascender socialmente no sentido do acesso a conjunto de bens e serviços antes fora da realidade econômica, um grande contingente de pessoas pode então passar a refletir e mesmo a exigir condições ainda melhores de vida. Essas condições melhores de vida, para as parcelas que superaram as oscilações decorrentes da inserção precária no mercado de trabalho, podem incluir o anseio por novas formas de participação política, uma nova concepção da vida nos centros urbanos e, logicamente, serviços de saúde, de educação, de cultura, de lazer e de segurança pública satisfatórios.

Contudo, durante a Grande Onda, esses estratos da sociedade que tendem a se orientar pelo que Singer chamou de ideologia **pós-materialista**, não possuíam capacidade organizativa suficiente para concorrer pela direção dos movimentos. Como o objetivo deste é a identificação dos grupos sociais que disputaram a direção ideológica dos protestos durante a Grande Onda, cabe ressaltar as limitações desse segmento que Singer aponta como determinante no processo.

A limitação central que impediu que a Grande Onda fosse efetivamente disputada por uma agenda pós-materialista reside na ausência de instituições (entidades, organizações do movimento social, grupos culturais organizados, igrejas, órgãos da imprensa, partidos, conselhos de classe, sindicatos etc.) que pudessem elaborar e articular tal ideologia. Esses agentes – mais adiante debatidos, a pretexto dos *aparelhos privados de hegemonia* – são responsáveis por construir, a partir da ideologia e do projeto que elaboram e difundem, o consenso na sociedade civil. Tal consenso, como visto, necessariamente inclui o diálogo e a assimilação – parcial ou integral – de demandas oriundas de outros grupos sociais.

A ausência de tais aparelhos foi determinante para que o centro pós-materialista evidenciado por Singer não fosse protagonista na disputa pelos sentidos da Grande Onda. Em verdade, ele constituiu um dos diversos grupos sociais, com seus respectivos projetos e concepção de mundo, que foram disputados pelas forças políticas que disputam a hegemonia na sociedade brasileira e a disputaram durante a Grande Onda.

Outros grupos importantes foram os **setores autonomistas** citados por Antunes; os jovens trabalhadores escalados por Braga, o **precariado**; movimentos sociais com orientação política de esquerda, embora não alinhados a partidos políticos, como o **MPL**; **anarquistas**; novos agentes tais quais os **black blocs**; corporações profissionais como os **sindicatos de médicos** e **Ministério Público**, que viram nos protestos uma oportunidade para a construção de um sentimento coletivo em torno de suas causas particulares. Esses, entre tantos outros.

Contudo, a força contra-hegemônica mais relevante a disputar com o campo governista sem dúvidas foi a que aqui se chama de **oposições de esquerda**. As oposições de esquerda agregam partidos como PSOL, PSTU e Partido Comunista Brasileiro (PCB). Conta em sua base social com uma expressiva rede de sindicatos e entidades dos movimentos sociais.

Intelectuais como Braga e Oliveira são expoentes ideológicos dessa corrente, marcada pela denúncia do lulismo, que significaria um retrocesso no processo histórico de o proletariado construir a sua emancipação enquanto classe.

Entre as principais entidades que compõem esse campo, constam o Comando Nacional de Lutas (CONLUTAS) e a Assembleia Nacional dos Estudantes – Livre (ANEL).

Possui grande influência no movimento sindical dos servidores públicos, tendo base social em camadas da classe média e trabalhadora.

Assim, identificam-se as principais forças políticas que disputam a hegemonia do Brasil contemporâneo no **partido da mídia**, no **campo governista** e nas **oposições de esquerda**.

CONCLUSÃO

Aparentemente, a Grande Onda – etapa central e decisiva dos Movimentos de Junho – deu-se sob a forma de um movimento espontâneo, sem direção nem projeto político, e envolveu igualmente todos os setores da sociedade brasileira, tendo como alvo comum “os que aí estão”, suas práticas autoritárias e os serviços públicos de má qualidade.

A junção de três fatores teve papel destacado na emergência da Grande Onda: o apelo dos movimentos estudantis de 2013 e das condições urbanas que definem os seus contornos; a indignação surgida em resposta à violência policial no protesto de 13 de junho de 2013 na capital paulista (e a decorrente defesa do direito de protestar); e a emergência de novas redes de comunicação virtual (que possibilitaram ampliar o alcance e a rapidez das comunicações).

Contudo, esses fatores não foram condição suficiente para o surgimento da Grande Onda. Esta só foi possível graças a entrada em cena de uma força política decisiva: o partido da mídia, que na condição de representante da coalizão rentista, com base social na classe média conservadora, assumiu a responsabilidade pela elaboração e pela difusão da ideologia conservadora, através da qual dirigiu moral e intelectualmente a Grande Onda, em seus momentos de maior mobilização.

Na Grande Onda, foi o partido da mídia quem primeiro demonstrou *virtù*, reorientando o seu discurso, passando do combate aos protestos ou da indiferença, à disputa de suas pautas e seus sentidos. Forjou, nesse esforço, um programa para os protestos capaz de agregar diversos grupos e atores sociais em seu programa central de oposição ao governo petista e de defesa dos interesses do capital financeiro internacional. Sua atuação foi determinante para elevar movimentos localizados, unidos apenas por fluidos laços de solidariedade, mobilizados em torno de questões municipais como o transporte público, ao patamar de um movimento nacional abrangente, movido por um sentimento geral coeso, ainda que desarticulado na aparência; foi, então, definitivamente um partido político, formador de um projeto nacional que superou, ao incorporá-los, os diversos interesses particulares que se expressavam nas ruas.

Na luta política, como na história, não necessariamente se criam movimentos ou instituições novos para atingir a novas finalidades. Movimentos, instituições, símbolos e agentes precedentes podem ser realocados, reorientados e mesmo ressuscitados diante de novas necessidades

(note-se que o protesto do dia 20 de junho, que foi o principal momento da Grande Onda, já havia sido convocado pelas redes sociais desde o dia 13 – ao longo da semana que os separou, o partido da mídia apropriou-se da data, reorientou as suas pautas e assumiu o comando).

Assim, em 2013, os movimentos estudantis que ocuparam as ruas até o dia 13 de junho traziam consigo o germe de sua superação por uma força superior em poderio e até então hostil a eles.

Ecoando, alimentando e ressignificando o discurso antipartidário, herdado dos movimentos estudantis de 2013, o partido da mídia conseguiu isolar dos protestos as entidades do movimento social organizado e os partidos políticos da esquerda, durante a Grande Onda, em especial em seu auge, no dia 20 de junho. Essas instituições da sociedade civil foram deslocadas do processo, restando apenas o discurso da mídia, articulando uma miríade de demandas oriundas de variados grupos sociais sem maiores recursos organizativos.

Na ausência daquelas organizações, pode a mídia fazer prevalecer sua pauta numa intervenção diretamente destinada aos indivíduos atomizados que agora compunham a massa de manifestantes, ao mesmo tempo que buscava construir um consenso com grupos sociais distintos. Assim, a ausência de lideranças legitimadas e sobretudo de um programa político unificador fez com que as massas informes que ocupavam as ruas tivessem a sua condução disputada por forças que vinham de fora.

A mídia não apenas pautou, como divulgou e mobilizou os protestos. A “voz das ruas” foi, neste contexto, um termo que expressou o intuito de fazer prevalecer sobre os movimentos um único discurso, um único projeto. Da parte do partido da mídia, este projeto é o pensamento único neoliberal, travestido sob os trajes do discurso moral, já defendido pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em 2011, como arma principal das oposições.

Surgindo como partido político, a mídia mobilizou – a despeito da aparência de horizontalidade e democracia – um movimento autoritário que verticalmente fez descer às massas mobilizadas uma pauta há muito agendada. A ação da mídia no sentido de desgastar os governos petistas e constrangê-los a determinadas políticas vem desde antes da primeira eleição de Lula, em 2002. Já na campanha eleitoral, foi por meio da mídia que se manifestaram politicamente os ataques especulativos e o terrorismo economicista que levaram a Coligação Lula Presidente a divulgar a *Carta aos Brasileiros*, em que se assumia, como seus, pontos do programa vigente, a exemplo do controle inflacionário e do cumprimento dos contratos.

Vale recordar de como a mídia hegemônica instou a população a ocupar as ruas contra o governo já no caso do escândalo do “mensalão”, quando repetidamente os analistas perguntavam ao público, em tom de desafio: “cadê os estudantes que não vão mais para as ruas?”, “Cadê a população que não se revolta?”. Provocavam a plateia, acusando-a de comodismo.

Ainda vale lembrar que o que aqui se chamou de lulismo se faz acompanhar de uma significativa redução da pobreza e da desigualdade, embora esta em menor ritmo. Diante das abissais diferenças sociais que marcam a história brasileira, mesmo essa redução lenta e gradual do hiato causa incômodo às elites financeiras, desejosas de preservar a exploração do trabalho em condições de máxima rentabilidade. As taxas de desemprego próximas ao que se considera pleno

emprego abrem caminho para as reivindicações dos trabalhadores, menos pressionados pela concorrência. Foi o que vimos na regulamentação da profissão das domésticas.

A classe média foi a base social da ação da coalizão rentista durante a Grande Onda, e foi sua a ideologia que predominou nestes momentos. É a classe média aquela que possui os sentimentos mais antagônicos em relação aos governos petistas. Ela sente que financia com seus impostos as políticas sociais do governo, que julga clientelistas. Percebe na ascensão das camadas populares ao consumo uma ameaça a seu *status* e a sua distinção social, e um rareamento na disponibilidade de serviços sub-remunerados. Vê nas políticas de cotas, como a reserva de vagas em universidades públicas e em concursos para cargos públicos, a negação de seus valores meritocráticos. Desde 2006, é a base política principal do principal partido conservador do país, o PSDB, como bem compreenderam Singer e Cardoso.

A classe média, sobretudo as suas camadas de profissionais liberais e de servidores públicos, possui ampla experiência organizativa, dirige variados aparelhos privados de hegemonia, tem acesso privilegiado aos bens culturais e é formadora de intelectuais; sua voz está na mídia, nas universidades, nas igrejas. Politicamente, é o oposto da classe amorfa e vacilante que é no processo produtivo. A classe média é uma força determinante nos processos políticos brasileiros. E isso vale tanto para o espectro conservador, quanto para as correntes mais voluntaristas da esquerda, como argumentou Chauí. Ela já estava nas ruas quando dos movimentos estudantis de 2013.

Na Grande Onda, não foi necessariamente a mobilização de indivíduos da classe média que determinou o caráter do movimento. Não há nenhum motivo para crer que a composição de classe, do ponto de vista quantitativo, tenha sido determinante, conforme depreendemos da análise de Singer (2013). Foi através do exercício da direção intelectual e moral dos protestos, foi pela ascensão de sua ideologia conservadora, que a classe média se fez a força social predominante, a portadora nos movimentos dos interesses da coalizão rentista.

A fração de classe a que Singer chama de subproletariado, cujos interesses são expressos na política através da liderança do governo, não podia por si se mobilizar e disputar os movimentos pautada num interesse classista, como propôs, por exemplo, Braga (valendo-se do conceito de precariado que tem suas nuances em relação ao de Singer). Não podia por dois motivos. Primeiro, porque sua situação no mercado de trabalho é marcada pela inconstância, pela rotatividade e pelos vínculos frágeis, precários. Disso decorre que é baixa a organicidade desse segmento enquanto fração de classe. O subproletariado não constrói na sociedade civil suas entidades, não forma seus intelectuais. Seria mobilizado caso a liderança central que assume seus interesses de classe o mobilizasse de cima para baixo. Mas aí entra o segundo motivo que determinou a sua ausência (política, não física) das ruas em junho: como visto, a ideologia própria do subproletariado é a de desejar evitar o conflito, o que em sua perspectiva ameaça a sua incorporação ao mercado de trabalho, ainda que esta se dê de forma precária, pois historicamente excluída do trabalho formal, esta camada deseja sobretudo preservar a posição recém adquirida.

Já a classe trabalhadora tradicional e as suas entidades, sobretudo o movimento sindical, esteve presente de forma inarticulada durante todo o período dos Movimentos de Junho. Os governos lulistas têm atuado como árbitros dos conflitos de classe, no sentido em que nem promovem as reformas e os avanços que os movimentos de trabalhadores defendem, nem permitem maiores

avanços sobre os direitos trabalhistas e as condições de trabalho conquistadas, que vinham sendo alvo das investidas dos governos neoliberais que os precederam.

Nessa “suspensão da luta de classes”, ficaram também os movimentos sociais da classe trabalhadora num difícil equilíbrio. Se não estão completamente satisfeitos com as políticas adotadas pelo governo, muito menos estão dispostos a arriscar a relativa estabilidade conquistada, evitando assim fragilizar o governo num enfrentamento aberto e se expondo a perder espaço diante das forças conservadoras.

Nessa posição delicada, o sindicalismo alinhado ao campo governista vai lentamente perdendo espaço para correntes que se encaminham para uma oposição cada vez mais irreversível ao governo. Essa perda de espaço se dá acentuadamente naquelas categorias profissionais reservadas à classe média, sobretudo o funcionalismo público. Esse impasse das organizações dos trabalhadores do campo governista só se resolveu nas disputas de junho, quando os protestos claramente se direcionaram contra o governo e contra elas próprias.

Neste cenário, a proposta da presidente Dilma Rousseff de uma reforma política foi a segunda manifestação de *virtù* do junho de 2013. Os movimentos sociais assumiram para si a bandeira e convocaram um ato nacional unificado para 11 de julho, incorporando reivindicações históricas como a redução da jornada de trabalho e uma reforma dos meios de comunicação.

A reação da mídia hegemônica também foi imediata, chegando a escalar o vice-presidente Michel Temer para desmobilizar os intentos de se realizar um plebiscito para a confirmação da reforma e de seus principais pontos, cindindo o campo governista.

Diante do contexto histórico e das forças sociais e políticas aqui analisados, pareceria óbvio o desfecho das manifestações, o que não quer dizer de forma alguma que não pudesse ter-se dado de outra maneira – muito contou para os acontecimentos a iniciativa dos atores políticos que os disputaram.

O campo governista lançou uma proposta que mobilizou os movimentos sociais que lhe davam sustentação, os quais já percebiam que as manifestações se encaminhavam para um enfrentamento direto a si e ao governo que apoiavam.

Já a mídia hegemônica se viu diante de um impasse. Gramsci dizia que um partido político, mais que de uma legenda, é constituído de três esferas: a da grande política, a elaboração da filosofia e a sua expressão num projeto-nacional, no cume do sistema; na base, o lastro social que porta a ideologia e o projeto formulados pelas camadas intelectuais, os membros e apoiadores do partido; e o elemento intermediário, que cria e mantém os vínculos entre os formuladores de política e a base social a que estão organicamente vinculados. Viu-se que o partido da mídia apostou seus esforços na formação de um movimento de massas, de indivíduos atomizados. E Cardoso já assumia, em 2011, que as oposições não tinham em sua base partidos “propriamente mobilizadores de massas”.

Já as poucas instituições que acorreram em apoio à mídia não possuíam a capacidade de mobilização nem a experiência prática dos militantes dos movimentos sociais agora dispostos a disputar as ruas quadra a quadra, portando a bandeira da reforma política, e sentindo-se ameaçados pelos rumos dos movimentos. No teorema das proporções definidas, Gramsci propunha que a eficiência de uma ação depende do equilíbrio da proporção entre os seus diferentes elementos constitutivos. No caso da mídia hegemônica, em seu papel de partido político, faltou o elemento

intermediário, capaz de organizar nas ruas a resistência à ofensiva dos movimentos sociais, de disputar as trincheiras *in loco*.

O partido da mídia dependia quase exclusivamente de sua capacidade de pautar os manifestantes e de centralizar o debate público sobre os sentidos dos movimentos. Por mais que fosse maioria nas ruas – o que se evidenciou na reduzida mobilização verificada em 11 de julho – sua base social não possuía a disposição, a disciplina e a experiência política dos movimentos sociais que ocuparam as ruas nas últimas décadas.

A presença das entidades e dos partidos políticos afastou dos protestos a imensa maioria daqueles que se manifestavam e que tomaram como sua a rejeição àquelas instituições. A direção intelectual do partido da mídia sobre os movimentos se verificou nesse isolamento relativo dos movimentos organizados, que sequer vislumbraram repetir as grandes mobilizações da Grande Onda. Contudo, tal posição não era o bastante para garantir a efetividade da direção dos protestos nas ruas, sobretudo diante do crescente sentimento que associava, sabiamente, os veículos da mídia aos partidos que rejeitavam.

Nesta contradição em que se desenvolveu a Grande Onda, se por um lado a mídia buscou conter as possibilidades de redirecionamento dos movimentos (que se daria através da conquista de espaços pela proposta de reforma política e dos meios de comunicação), outro impasse surgiu, desta vez no campo das organizações que apoiavam o governo.

Por definição, uma política de enfrentamento não interessa ao lulismo. Uma vez convidando a mídia a direcionar os seus esforços no intuito de desmobilizar a proposta de reforma política, o governo também não se manteve por muito tempo, nem com muito esforço, no intuito firme de realizá-la.

De um lado, a coalizão rentista, que conseguiu impor severos danos à imagem do governo, impactando em sua aprovação, via seus claros limites na ausência de organizações capazes de disputar “a voz das ruas” nas ruas, e percebia o risco de perder a direção dos movimentos que mobilizara até então.

Do outro, um governo que habilidosamente construiu a saída para uma crise institucional, que a muitos parecia ser sua derrocada final, mas que não tinha um projeto de enfrentamento aberto que justificasse permanecer ocupando as ruas. Este impasse foi resolvido com a saída de cena das duas principais forças políticas do Brasil contemporâneo, as do campo governista e as da oposição conservadora liderada pelo partido da mídia.

Após a sua iniciativa de propor uma agenda da classe trabalhadora, os movimentos sociais organizados ligados ao governo arrefeceram a sua mobilização diante do desinteresse do governo em mobilizar as suas bases sociais para um aprofundamento das mudanças.

Os movimentos que sucederam a Grande Onda buscam se alimentar da imagem, da mística dos Movimentos de Junho, se afirmando como seus continuadores.

Tais movimentos não contaram com a presença das principais forças sociais e políticas brasileiras. A falta do elemento intermediário que na teoria gramsciana liga os estratos dirigentes às massas no partido político moderno levou a mídia hegemônica a reconsiderar o seu papel nos movimentos. O governo não tinha um projeto de aprofundamento das mudanças ou de seu ritmo, que o motivasse a correr os riscos de intensificar as mobilizações. O impasse se resolveu no

enfraquecimento dos movimentos. Restaram os movimentos esparsos, cada vez mais esvaziados e radicalizados, tentando por força da ação de impacto e do espetáculo suprir a falta de apoio popular cada vez mais notável.

Os movimentos que se seguiram à Grande Onda foram uma demonstração de que esta foi o embate entre as duas forças políticas centrais do Brasil contemporâneo. A sua retirada das ruas desmobilizou os protestos e os tornou insignificantes.

Mais que analisar as táticas e as alianças dos movimentos esparsos, o que importa aqui é compreender como elas derivam das novas condições em que se dão estes movimentos. Não foi a radicalização, ou a presença de atores como os *black blocs*, que levaram ao isolamento dos atuais movimentos esparsos. Pelo contrário, foi a saída de cena das duas principais forças políticas do país que enfraqueceu a Grande Onda, abrindo um vazio que foi ocupado por setores de menor expressão na política nacional, por possuírem uma base social mais estreita.

As mesmas condições que permitiram que as oposições de esquerda surgissem como protagonistas das ruas após a Grande Onda são aquelas que tornaram possível também o protagonismo de atores que se valem mais abertamente da violência, simbólica ou material. Esses atores já estavam nas ruas quando da Grande Onda, mas foram hostilizados e reprimidos pela própria massa de manifestantes, que tratou de livrar-se dos *black blocs* e similares assim que estes concluíram a sua tarefa de livrá-los das bandeiras partidárias.

Os movimentos esparsos são efeito, não causa, da desmobilização da Grande Onda. Amparados também em frações da classe média, eles tentam superar a sua condição de desarticulação através de lemas unificadores como “Não vai ter Copa” ou “Vai ter luta na Copa”, que expressam uma tentativa de unificação em torno da oposição ao Governo Federal, tendo megaventos como vitrine. Contudo, vivem o dilema da ampliação via discurso pacifista e da visibilidade via alianças com grupos de enfrentamento direto e mais dispostos à violência.

Menos manipulável que os movimentos estudantis de 2013, por contar com organizações tradicionais da política e com partidos nacionalmente articulados, esse movimento não chegou em momento algum a contar com a simpatia da mídia hegemônica.

A Grande Onda permanece, contudo, em disputa; disputa que agora se dá no campo simbólico, não nas ruas. Ela foi um momento importante das disputas hegemônicas do Brasil no século XXI. Afetou a correlação de forças, alterou a ambiência política e evidenciou-se novos atores sociais. Foi também um momento decisivo na rearticulação da ideologia conservadora, elaborada, negociada e difundida pelo partido da mídia. Essa rearticulação deu-se por meio do tema da corrupção, a partir do qual o partido da mídia incorporou e ressignificou diversas demandas de variados grupos sociais, no sentido de ampliar suas bases sociais no enfrentamento à possibilidade contra-hegemônica representada pelo PT e por seus aliados no campo da esquerda. Se o êxito do partido da mídia foi apenas parcial, foi pela própria natureza das disputas hegemônicas, em que cada avanço impõe a necessidade de novos arranjos.

REFERÊNCIAS

BRAGA, R. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAGA, R. Sob a sombra do precariado. *In*: MARICATO, Ermínia *et al.* **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CARDOSO, F. H. O papel da oposição. **Revista Interesse Nacional**. Ano 4, nº 13, ISBN/ISSN: 9771982849147. Associação Interesse Nacional, 2011.

CASTELLS, M. “Dilma é a primeira líder mundial a ouvir as ruas”. [28 de junho de 2013] São Paulo, **Istoé**. Entrevista concedida a Daniela Mendes. Disponível em: http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/311021_

DILMA+E+A+PRIMEIRA+LIDER+MUNDIAL+A+OUVIR+AS+RUAS.
Acesso em: 30 jun 2013.

CHAUÍ, M. Uma nova classe trabalhadora. *In*: SADER, E. (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Vol. 3**. 3. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Vol. 2**. 5. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere Vol. 5**. 2. ed. Tradução de Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, K. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte**. *In*: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras Escolhidas*. V. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s.d-c.

NUNOMURA, E. Y. **O mensalão impresso: o escândalo político-midiático do governo Lula nas páginas de *Folha* e *Veja***. 2012. 210 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, F. de. O avesso do avesso. *In*: OLIVEIRA, F. de. *et al.* (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

POCHMANN, M. **Nova classe media?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

ROUSSEFF, D. **Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em cadeia nacional de rádio e TV**. Brasília, 21 jun. 2013. Em: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/pronunciamento-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-em-cadeia-nacional-de-radio-e-tv>. Acesso em: 26 jun. 2013.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo** - Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos**. São Paulo, nº 97, p. 23-40, nov. 2013.

SPINELLI, J. A.; EVANGELISTA, J. E.; CRUZ, T. S. Democracia em tempos de crise: a cobertura política da crise do “mensalão” pelo *Jornal Nacional* da Rede Globo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 12., 2007, Recife. **Anais**, Recife: 2007.